

**Siderúrgica Norte Brasil S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014 e 2013

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Salas 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza, CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100  
Fax 55 (85) 3307-5101  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Siderúrgica Norte Brasil S.A.  
Marabá - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da Siderúrgica Norte Brasil S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluído a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica Norte Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstração do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 24 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6



Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador - CRC RJ-064887/O-8



Yukie de Andrade Kato  
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

# Siderúrgica Norte Brasil S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2014	2013	Passivo	Notas	2014	2013
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.120	36.741	Fornecedores	13	79.839	41.089
Aplicações financeiras	5	2.072	3.448	Financiamentos e empréstimos	14	122.382	78.628
Contas a receber	6	92.278	76.678	Impostos a recolher		6.700	6.144
Estoques	7	252.148	199.591	Imposto de renda e contribuição social		1.915	6.030
Impostos a recuperar	8	12.783	19.096	Adiantamentos de clientes		30.032	4.178
Pagamentos antecipados		6.841	1.208	Debêntures	15	223.032	1.411
Operações com derivativos	24	571	-	Dividendos a pagar		20.246	23.601
Outras contas a receber	9	11.291	7.953	Operações com derivativos	24	19.263	3.548
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>383.104</u>	<u>344.715</u>	Outros passivos financeiros		<u>28.281</u>	<u>10.799</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>			
Impostos a recuperar	8	176	176			<u>531.690</u>	<u>175.428</u>
Pagamentos antecipados		816	-	<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		2.775	2.465	Financiamentos e empréstimos	14	41.509	35.752
Partes relacionadas - Mútuos	17	6.543	-	Impostos a recolher		1.438	1.438
Outras contas a receber	9	199.965	123	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	6.386	12.213
Investimentos	10	56.650	43.000	Partes relacionadas - AFAC	17	27.575	27.575
Ativos biológicos	11	-	147.671	Partes relacionadas - Mútuos	17	4.645	-
Imobilizado	12	575.226	520.453	Debêntures	15	-	220.761
Intangível		7.395	4.676	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>81.553</u>	<u>297.739</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>849.546</u>	<u>718.564</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>613.243</u>	<u>473.167</u>
<b>Total do ativo</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
		<u>1.232.650</u>	<u>1.063.279</u>	Capital social	19	362.461	362.461
				Reserva de capital		3.561	3.561
				Reservas de lucros		240.724	200.312
				Ajustes de avaliação patrimonial		12.661	23.778
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>619.407</u>	<u>590.112</u>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>1.232.650</u>	<u>1.063.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Siderúrgica Norte Brasil S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2014	2013
<b>Receita operacional líquida</b>	20	856.413	836.870
Custos dos produtos vendidos		<u>(638.186)</u>	<u>(608.369)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>218.227</u>	<u>228.501</u>
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>			
Vendas	21	(92.066)	(83.254)
Administrativas e gerais	22	(31.607)	(39.994)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>195</u>	<u>6.031</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<u>94.749</u>	<u>111.284</u>
Despesas financeiras	23	(85.512)	(71.241)
Receitas financeiras	23	<u>30.964</u>	<u>34.953</u>
<b>Resultado financeiro</b>	23	<u>(54.548)</u>	<u>(36.288)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>40.201</u>	<u>74.996</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(14.566)	(9.033)
Contribuição social diferida	16	<u>117</u>	<u>(76)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>25.752</u></u>	<u><u>65.887</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Siderúrgica Norte Brasil S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	25.752	65.887
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u><u>25.752</u></u>	<u><u>65.887</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Siderúrgica Norte Brasil S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Reserva de de capital		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva subvenção de investimento	Reserva legal	Reserva contingências	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	316.323	3.561	6.783	33.534	48.111	53.663	23.778	-	485.753
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	65.887	65.887
Aumento de capital (Ver nota 19 a.)	46.138	-	-	-	-	-	-	-	46.138
Destinação do resultado									
Constituição de reservas	-	-	3.295	16.472	15.455	22.999	-	(58.221)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Ver Nota 19 e.)	-	-	-	-	-	-	-	(7.666)	(7.666)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>362.461</u>	<u>3.561</u>	<u>10.078</u>	<u>50.006</u>	<u>63.566</u>	<u>76.662</u>	<u>23.778</u>	<u>-</u>	<u>590.112</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	25.752	25.752
Realização do custo atribuído (Ver nota 19 d.)	-	-	-	-	-	-	(11.117)	16.826	5.709
Destinação do resultado									
Constituição de reservas	-	-	1.288	6.438	9.361	23.325	-	(40.412)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Ver Nota 19 e.)	-	-	-	-	-	-	-	(2.166)	(2.166)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>362.461</u>	<u>3.561</u>	<u>11.366</u>	<u>56.444</u>	<u>72.927</u>	<u>99.987</u>	<u>12.661</u>	<u>-</u>	<u>619.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Siderúrgica Norte Brasil S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	25.752	65.887
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	44.212	38.995
Ajuste a valor presente	301	95
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	(5.014)
(Reversão) Constituição de provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.184)	3.942
Juros não realizados sobre financiamentos	9.168	12.477
Juros e variação monetária e custos amortizáveis sobre debêntures	28.486	16.379
Variações cambiais não realizadas	9.084	8.883
Baixa de ativo imobilizado	207	1.894
Baixa de ativo intangível	26	1.564
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(117)	76
Imposto de renda e contribuição social correntes	658	(3.112)
Operações com derivativos	15.143	
Rendimentos de aplicações financeiras	(188)	(121)
	<u>129.548</u>	<u>141.945</u>
<b>Lucro operacional ajustado</b>		
Dividendos pagos	(5.521)	-
<b>Variações nos ativos circulantes e não circulantes</b>		
Aumento em contas a receber	(12.717)	(8.480)
(Aumento) redução em pagamentos antecipados	(5.632)	2.178
Redução em impostos a recuperar	1.539	6.867
(Aumento) redução nos estoques	(58.466)	7.517
(Aumento) redução em outros créditos	(4.030)	243
Aumento de depósitos judiciais	(310)	(2.030)
<b>Variações nos passivos circulante e não circulantes</b>		
Aumento (redução) em fornecedores	38.750	(41.448)
Aumento em contas a pagar e provisões	17.481	5.653
Aumento (redução) em impostos a recolher	556	(1.812)
Aumento de adiantamento de clientes	25.854	1.758
	<u>127.052</u>	<u>112.391</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras	(5.990)	(3.326)
Resgates de aplicações financeiras	7.554	-
Aplicação em investimento	(13.650)	(15.200)
Aquisição de ativo imobilizado	(136.922)	(67.913)
Aumento em ativo intangível	(4.492)	(439)
Aumento em ativos biológicos	-	(17.859)
Integralização de capital em investidas	(6.927)	-
	<u>(160.427)</u>	<u>(104.737)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		

# Siderúrgica Norte Brasil S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	-	46.138
Emissão de debentures	-	200.000
Pagamento de financiamentos - principal	(39.802)	(106.072)
Pagamento de financiamentos - juros	(8.325)	(11.950)
Pagamento de debêntures - principal	-	(107.412)
Pagamento de debêntures - juros	(27.625)	(17.602)
Captação de empréstimos e financiamentos	79.385	100.874
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	13.729	-
Pagamento de mútuo pessoas ligadas	(24.200)	(124.255)
Recebimento de mutuo pessoas ligadas	8.592	42.550
	<u>1.754</u>	<u>22.271</u>
<b>Caixa líquido usado nas ( gerado pelas) atividades de financiamento</b>		
	<u>(31.621)</u>	<u>29.925</u>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.741	6.816
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>5.120</u>	<u>36.741</u>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(31.621)</u>	<u>29.925</u>
<b>Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa</b>		
Integralização de capital com estoques	5.908	-
Integralização de capital com bens do imobilizado	39.477	-
Integralização de capital com bens do ativo biológico	147.671	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Siderúrgica Norte Brasil S.A.

## Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
<b>Receitas</b>		
Vendas de mercadorias e produtos	953.249	932.680
Outras receitas	1.532	6.583
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.184	(3.942)
	<u>957.965</u>	<u>935.321</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos	(457.976)	(442.271)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(154.906)	(115.315)
Perda/recuperação de valores ativos	(26.512)	(2.438)
Outros	(717)	-
	<u>(640.111)</u>	<u>(560.024)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>317.854</u>	<u>375.297</u>
<b>Depreciação e amortização</b>	<u>(44.212)</u>	<u>(40.875)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<u>273.642</u>	<u>334.422</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	23.770	34.953
	<u>23.770</u>	<u>34.953</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>297.412</u>	<u>369.375</u>
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	77.640	72.036
Benefícios	64.333	57.067
FGTS	8.521	10.244
	<u>150.494</u>	<u>139.347</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	127.813	125.224
Estaduais	110.235	106.347
Municipais	17.153	17.015
Outros impostos, taxas e contribuições	71	106
	<u>354</u>	<u>1.756</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros, variações cambiais e despesas com financiamentos	66.207	106.228
Aluguéis	57.495	68.982
	<u>8.712</u>	<u>37.246</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<u>25.752</u>	<u>65.887</u>
<b>Lucros retidos do exercício</b>	<u>25.752</u>	<u>65.887</u>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<u>297.412</u>	<u>369.375</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

### 1 Contexto operacional

A Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Rodovia PA 150, KM 425 s/n, Marabá, Estado do Pará, e tem por objetivo social, principalmente a indústria siderúrgica integrada, bem como a comercialização, no atacado e varejo de laminados longos de aço; relaminados, trefilados e perfilados de aço; semi-acabados de aço; ferro gusa, bem como a exportação desses produtos.

Produzindo aço desde maio de 2008, a Sociedade é integrada ao Grupo Aço Cearense e possui uma linha de produtos que inclui vergalhões, fio-máquina e trefilados e já alcança todo país com sua distribuição do produto voltado, exclusivamente, para o mercado brasileiro.

Como parte da reestruturação societária que se iniciou em 2013, sob o propósito de simplificar e aperfeiçoar a estrutura operacional e administrativa do Grupo Aço Cearense, em 2014 a Sociedade integralizou R\$ 200.000 em ativos na empresa Sinobras Florestal Ltda., constituída em dezembro de 2013, com o propósito de segregar as operações de siderurgia das operações de reflorestamento e produção de carvão vegetal. Esta integralização, conforme a 1ª Alteração ao Contrato Social da Sinobras Florestal Ltda., datado de 5 de janeiro de 2014, foi composta por todos os ativos operacionais em uso nas fazendas de eucalipto. Com esta integralização a Sociedade passou a deter 99,99% das cotas do capital social da Sinobras Florestal Ltda.

A composição dos ativos que integralizaram o capital social está descrita abaixo:

	<b>Saldo</b>
Estoques	5.909
Imobilizado	39.476
Ativo biológico	147.671
Caixa e bancos	<u>6.943</u>
<b>Total</b>	<u><u>200.000</u></u>

Em ato contínuo a integralização, foi procedida à alienação das cotas da sociedade na Sinobras Florestal Ltda. para a WMA Participações S.A. (controladora final do Grupo Aço Cearense) em 31 de janeiro de 2014, passando assim a WMA Participações S.A. a ser controladora direta da Sinobras Florestal Ltda.

A operação descrita acima está suportada por instrumento de compra de venda, onde a Sociedade alienou em favor da controladora WMA Participações S.A. a totalidade das quotas de sua titularidade, ou seja, 199.965 (cento e noventa e nove, novecentos e sessenta e cinco) quotas, que correspondem a 99,98% (noventa e nove vírgula noventa e oito por cento) do capital social.

O preço das quotas referido acima será pago pela WMA Participações S.A. em favor da Sociedade, conforme disponibilidade financeira da WMA Participações S.A. O Saldo devedor será atualizado, quando dos pagamentos realizados pelo índice da Taxa Referencial (TR).

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Diretoria da Empresa autorizou a conclusão dessas demonstrações financeiras em 24 de abril de 2015.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos biológicos mensurados a valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Mensuração do valor justo do ativo biológico
- Nota 18 – Provisão para contingências

### **2.5 Reclassificação de valores correspondentes**

Os valores de subvenções governamentais correspondentes à Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2013, originalmente apresentados na rubrica de “Custos dos produtos vendidos” foram reclassificados para a rubrica de “Receitas operacionais líquidas”. Não houve impacto no balanço patrimonial, demonstração de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A tabela abaixo resume os impactos da reclassificação acima na demonstração de resultados da Sociedade.

***Demonstração de resultado reapresentado em 31 de dezembro de 2013***

	31/12/2013		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
<b>Receita bruta de vendas</b>	939.651		939.651
(-) Impostos sobre faturamento	(198.277)	101.963	(96.314)
(-) Devoluções mercado interno	(6.833)	-	(6.833)
(-) Ajuste a valor presente - faturamento	(7.503)	-	(7.503)
(-) Faturamento em transito / reversão	7.869	-	7.869
<b>Receita operacional líquida</b>	734.907	-	836.870
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	(506.406)	(101.963)	(608.369)
Outras (despesas) receitas operacionais	(117.217)	-	(117.217)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	111.284	-	111.284
<b>Resultado financeiro líquido</b>	(36.288)	-	(36.288)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	74.996	-	74.996
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.033)	-	(9.033)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(76)	-	(76)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	65.887	-	65.887

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### **3.1 Reconhecimento de receita**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, líquida de devoluções e descontos comerciais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Sociedade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos fluam em favor da Sociedade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

#### **3.2 Transações em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos na demonstração de resultados.

### **3.3 Instrumentos financeiros**

#### ***Ativos financeiros não derivativos***

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento

A Sociedade “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

- i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*  
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
- ii. Empréstimos e recebíveis*  
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data da contratação, e com risco insignificante de alteração de seu valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

**Contas a receber de clientes e provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis (impairment)**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros Selic, e reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e é apropriada ao curso da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

A provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Sociedade avalia os títulos individualmente, levando em consideração o histórico de perda de cada cliente.

***Passivos financeiros não derivativos***

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados.

Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, vencidas e pagas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade possui os seguintes passivos financeiros: fornecedores, financiamentos e empréstimos, mútuos com partes relacionadas e debêntures.

***Capital social***

*a. Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

*b. Ações preferenciais*

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Sociedade. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

*c. Dividendos*

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.



### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações da BM&F BOVESPA. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Sociedade e contraparte quando apropriado.

### **3.4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados em premissas que levam em consideração principalmente as condições de mercado existentes na data do balanço.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos itens do ativo biológico são baseados na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### **3.5 Provisão para recuperação dos ativos**

Conforme determinações do CPC 01 (R1), a Sociedade analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível. Na data de cada encerramento das demonstrações financeiras, a Sociedade analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

A Administração da Sociedade não identificou necessidade de constituição de provisão para redução a valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

### **3.6 Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e/ou produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para

estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **3.7 Investimentos**

Os investimentos permanentes por não representarem controladas e/ou coligadas, são avaliados ao custo de aquisição deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### **3.8 Imobilizado**

Itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

### **3.9 Ativo biológico**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, apurado na data de corte.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptos, as quais são destinadas ao processo produtivo de ferro gusa. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base em pesquisas de preços no seu setor e região de atuação, ajustado para refletir o preço da “madeira em pé”. Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual da região. Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 2014 os ativos biológicos foram utilizados como forma de integralização de capital na Sinobras Florestal Ltda., empresa posteriormente vendida para WMA Participações S.A..

### **3.10 Arrendamento mercantil financeiro**

Os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### **3.11 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva. A vida útil estimada é revisada ao final de cada período. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado, correspondendo a *softwares*, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período na rubrica de amortizações. O método utilizado para amortização reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. A vida útil é aferida pelo período em que a Sociedade tem a capacidade de cobrar o pleno uso da infraestrutura até o final do período dessa licença. A vida útil e o valor residual são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e adequados de acordo com a necessidade.

### **3.12 Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Sociedade incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

### **3.13 Provisões diversas**

A Sociedade registra provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e previdenciárias que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Sociedade também está sujeita a reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo os critérios de reconhecimento das provisões, que determinam que uma provisão deva ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

### **3.14 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

No âmbito das regras de incentivos fiscais de redução do imposto de renda, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Sociedade é beneficiária, até o exercício de 2018, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de venda de laminados e trefilados (lucro da exploração).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a despesa corrente e diferida, as quais são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente é o a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas destes tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O tributo diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação dos tributos correntes e diferidos, a Sociedade leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Sociedade acredita que a provisão para os tributos no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Sociedade a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda e contribuição social no período em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.15 Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

### **3.16 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos decorrente de direitos da Sociedade e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas, despesas com juros sobre empréstimos e sobre outras obrigações e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### **3.17 Demonstrações do valor adicionado**

A Sociedade elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação complementar.

### **3.18 Normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Empresa não planejaram adotar estas normas de forma antecipada.

#### ***IFRS 9 Financial Instruments***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

#### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Sociedade está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Sociedade ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa e bancos conta movimento	5.108	9.282
Aplicações financeiras - CDB pós-fixados	12	27.459
	5.120	36.741

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs possuem rentabilidade de 100% do CDI e garantem, substancialmente, liquidez imediata. Essas aplicações podem ser resgatadas antes do seu prazo de vencimento, podendo haver variação mínima nos rendimentos e por esta razão foram considerados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

#### 5 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs possuem rentabilidade de 100% do CDI. Parte do saldo dessas aplicações financeiras foi dado em garantia de empréstimos e financiamentos.

#### 6 Contas a receber

##### a. Composição do saldo

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contas a receber de clientes	93.293	78.514
Provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis	(6.623)	(9.807)
Ajuste a valor presente	(654)	(353)
Contas a receber de clientes, líquidas	86.016	68.354
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 17)	6.262	8.324
<b>Total</b>	<b>92.278</b>	<b>76.678</b>

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base na taxa de juros SELIC, e reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira.

**b. Por vencimento dos títulos**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>A vencer</b>		
De 1 a 60 dias	68.802	59.777
De 61 a 120 dias	4.030	1.951
Mais de 120 dias	448	85
	<u>73.280</u>	<u>61.813</u>
Subtotal	<u>73.280</u>	<u>61.813</u>
<b>Vencidos</b>		
De 1 a 60 dias	13.009	11.135
De 61 a 120 dias	1.442	1.305
De 121 a 180 dias	2.025	1.186
Mais de 180 dias	2.522	1.239
	<u>18.988</u>	<u>14.865</u>
Subtotal	<u>18.988</u>	<u>14.865</u>
Total	<u>92.278</u>	<u>76.678</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentava saldo a vencer de R\$ 4.628 (R\$ 5.672 em 2013) e vencidos de R\$ 1.371 (R\$ 3.866 em 2013) com suas partes relacionadas.

**c. Concentração da carteira de clientes (\*)**

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
<b>Cientes (partes não relacionadas)</b>				
Maior cliente	4%	4.081	6%	4.463
Do segundo ao sexto maiores clientes	14%	14.308	12%	9.407
Demais clientes	75%	<u>67.627</u>	71%	<u>54.484</u>
Subtotal	93%	<u>86.016</u>	89%	<u>68.354</u>
<b>Partes relacionadas</b>	7%	<u>6.262</u>	11%	<u>8.324</u>
Total do contas a receber de clientes	100%	<u>92.278</u>	100%	<u>76.678</u>

(\*) Os valores apresentam-se líquidos das respectivas provisões aplicáveis e ajuste a valor presente.

**d. Critério de mensuração da provisão para perdas no valor recuperável (*impairment sobre recebíveis*)**

Para minimizar o risco da perda de crédito, a Sociedade adota critérios definidos pela Administração, tendo apenas 2,22% de títulos vencidos em relação à receita líquida de 2014 (2,02% em 2013). Os títulos vencidos são acompanhados mensalmente pelo setor de cobrança da Sociedade para sua recuperação.

Com base na análise individual de seus clientes, a Administração constitui provisão para perdas no valor recuperável de contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos tendo por base o histórico de perdas e atrasos significativos.

## 7 Estoques

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Produtos acabados	67.676	56.593
Produtos em elaboração	36.233	40.225
Matérias-primas	74.411	38.957
Adiantamento a fornecedores	24.023	20.504
Almoxarifado	45.436	41.746
Estoque em trânsito e em poder de terceiros	4.369	1.566
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>252.148</b>	<b>199.591</b>

## 8 Impostos a recuperar

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
IPI e Imposto de Importação - II	7.974	1.664
COFINS	2.927	2.456
PIS	640	547
IRRF	148	5.227
Imposto de renda e contribuição social	-	6.691
Outros	1.270	2.687
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>12.959</b>	<b>19.272</b>
Circulante	12.783	19.096
Não circulante	176	176

Os créditos de IPI, PIS e COFINS são basicamente oriundos das compras de insumos para produção.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social referem-se a antecipações efetuadas em exercícios anteriores ainda não compensados e de antecipações de contribuição social do exercício corrente.

## 9 Outras contas a receber

### a. Composição do saldo

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Venda de participação societária	199.965	-
Adiantamentos a fornecedores	-	5.930
Cheques a compensar	879	292
Outras contas a receber	10.412	1.854
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>211.256</b>	<b>8.076</b>
Circulante	11.291	7.953
Não circulante	199.965	123



Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outras contas a receber refere-se a operação suportada por instrumento de compra de venda, onde a Sociedade alienou em favor da controladora WMA Participações S.A. a totalidade das quotas de sua titularidade da Sinobras Florestal Ltda, ou seja, 199.965 (cento e noventa e nove, novecentos e sessenta e cinco) quotas, que correspondem a 99,98% (noventa e nove virgula noventa e oito por cento) do capital social.

O preço das quotas referido acima será pago pela WMA Participações S.A. em favor da Sociedade, conforme disponibilidade financeira da WMA Participações S.A. O Saldo devedor será atualizado, quando dos pagamentos realizados pelo índice da Taxa Referencial (TR).

## **10 Investimentos**

A Sociedade, para garantir a sustentabilidade energética de sua usina em Marabá/PA, na condição de autoprodutora, tem participação de 1% na SPE (Sociedade de Propósito Específico) - Norte Energia S.A. - empresa responsável pela implantação e gestão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Trata-se de investimento estratégico, pois assegura e possibilita:

- a. Suficiência energética para produção de até 600 mil toneladas de aço ano;
- b. Operação em horário de ponta, o que cresce a utilização dos equipamentos em 20% nos dias úteis;
- c. Melhor qualidade da energia disponibilizada;
- d. Redução do custo energético e por consequência da produção;
- e. Maior competitividade.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de R\$56.650 e R\$43.000, respectivamente, estão registrados ao custo de aquisição do investimento, acrescidos de novos aportes realizados em 2014, no montante de R\$13.650, sem efeito de equivalência patrimonial, pois não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição e deduzidos de *impairment*, em virtude da inexistência de mercado ativo que proporcione a mensuração do valor justo do investimento. Em 31 de dezembro de 2014 não foi identificado nenhum indício de *impairment* para registro no investimento.

## **11 Ativos biológicos**

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de ativos biológicos correspondia a 14.000 hectares de florestas de eucalipto, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira, no estado de Tocantins, na localidade de Araguatins e São Bento do Tocantins, que está sendo formado com a finalidade de diminuir a dependência da Sociedade de uma de suas principais matérias-primas, que é o carvão vegetal fornecido por terceiros. Com o referido projeto a Sociedade visa produzir 100% de sua necessidade de carvão, de forma sustentável.

Em janeiro de 2014, com a constituição da Empresa Sinobras Florestal Ltda., onde a Sociedade participou até fevereiro de 2014 com 99,98% do seu capital social, foi integralizado o montante de R\$ 147.671 corresponde ao saldo mantido como ativos biológicos na Sociedade, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

**a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos**

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Sociedade reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto durante os primeiros anos de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo;
- (ii) As florestas após os primeiros anos de plantio são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;
- (iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC (Custo de Capital Ponderado) da Sociedade, o qual é revisado periodicamente pela Administração;
- (v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Sociedade é variável entre 7 e 8 anos;
- (vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;
- (viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;
- (ix) A Sociedade definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos semestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações contábeis intermediárias.

**b. Reconciliação e movimentação das variações de valor justo**

A movimentação dos saldos contábeis no exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>No início do exercício</b>	147.671	126.361
Adições (plantio, trato e manejo)	-	17.860
Baixas para integralização de capital	(147.671)	(1.564)
Variação de valor justo	(147.671)	5.014
<b>No fim do exercício</b>	-	147.671

## 12 Imobilizado

### a. Composição e movimentação da conta

<b>Custo</b>	<b>Terrenos e edificações</b>	<b>Máquinas, equipamentos e instalações</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de computação</b>	<b>Adiantamento a fornecedores e importações em andamento</b>	<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2012	<u>171.090</u>	<u>410.664</u>	<u>2.415</u>	<u>6.825</u>	<u>3.083</u>	<u>360</u>	<u>68.932</u>	<u>663.369</u>
Adições	2.843	20.451	404	9.936	560	1.354	32.364	67.912
Baixas	-	(12)	(1)	-	(22)	-	(1.879)	(1.914)
Transferências para rubrica de bens destinados à venda	-	(652)	-	-	-	-	-	(652)
Transferências	<u>5.345</u>	<u>35.860</u>	<u>52</u>	<u>2</u>	<u>468</u>	<u>-</u>	<u>(41.727)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>179.278</u>	<u>466.311</u>	<u>2.870</u>	<u>16.763</u>	<u>4.089</u>	<u>1.714</u>	<u>57.690</u>	<u>728.715</u>
Adições	-	6.084	356	1.005	627	44.377	84.471	136.920
Baixas	(31.166)	(7.925)	(72)	(1.299)	(133)	-	-	(40.595)
Transferências	<u>23.190</u>	<u>6.857</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>44</u>	<u>-</u>	<u>(30.105)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>171.302</u>	<u>471.327</u>	<u>3.168</u>	<u>16.469</u>	<u>4.627</u>	<u>46.091</u>	<u>112.056</u>	<u>825.040</u>

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Terrenos e edificações</b>	<b>Máquinas, equipamentos e instalações</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de computação</b>	<b>Adiantamento a fornecedores e importações em andamento</b>	<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Taxas anuais de depreciação</b>	4%	9%	11%	11%	20%	-	-	
Saldo em 31/12/2012	<u>(20.157)</u>	<u>(144.247)</u>	<u>(837)</u>	<u>(3.749)</u>	<u>(1.819)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(170.809)</u>
Adições	(5.034)	(30.529)	(275)	(1.094)	(542)	-	-	(37.474)
Baixas	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>(25.191)</u>	<u>(174.770)</u>	<u>(1.111)</u>	<u>(4.843)</u>	<u>(2.347)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(208.262)</u>
Adições	(6.000)	(33.170)	(307)	(2.498)	(493)			(42.468)
Baixas	<u>278</u>	<u>438</u>	<u>18</u>	<u>137</u>	<u>45</u>			<u>916</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(30.913)</u>	<u>(207.502)</u>	<u>(1.400)</u>	<u>(7.204)</u>	<u>(2.795)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(249.814)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31/12/2013	<u>154.087</u>	<u>291.541</u>	<u>1.759</u>	<u>11.920</u>	<u>1.742</u>	<u>1.714</u>	<u>57.690</u>	<u>520.453</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>140.389</u>	<u>263.825</u>	<u>1.768</u>	<u>9.265</u>	<u>1.832</u>	<u>46.091</u>	<u>112.056</u>	<u>575.226</u>

Em janeiro de 2014 foram realizadas baixas no ativo imobilizado da Sociedade no montante de R\$ 39.476, sendo esse saldo integralizado ao capital social da Empresa Sinobras Florestal Ltda., conforme descrito na Nota explicativa nº 1.

**a. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)**

Durante o exercício de 2014, a Sociedade analisou a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, não observando a confirmação de tais indicadores. O ativo imobilizado da Sociedade, após análise interna da Administração, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano fixo, que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Sociedade.

**b. Avaliação da vida útil do ativo imobilizado**

A Sociedade revisa e ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado periodicamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração não identificou fatores que pudessem alterar significativamente a vida útil dos seus ativos imobilizados.

## 13 Fornecedores

**a. Composição da conta**

	2014	2013
<b>Fornecedores no país</b>		
Partes relacionadas (nota 17)	5.007	285
Fornecedores diversos	23.478	18.702
<b>Fornecedores no exterior</b>		
Fornecedores diversos	51.354	22.102
Total	79.839	41.089

**b. Por vencimento de títulos**

	2014	2013
<b>A vencer</b>		
De 1 a 60 dias	47.157	27.548
De 61 a 120 dias	14.850	48
Mais de 120 dias	16.704	-
Subtotal	78.711	27.596
<b>Vencidos</b>		
De 1 a 60 dias	-	3.578
De 61 a 120 dias	984	504
Mais de 120 dias	144	9.411
Subtotal	1.127	13.493
<b>Total de fornecedores</b>	79.839	41.089

**c. Concentração da carteira de fornecedores**

Fornecedores (partes não relacionadas)	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
Maior fornecedor	17%	13.193	23%	9.332
Do segundo ao sexto maiores fornecedores	39%	30.914	50%	20.608
Demais fornecedores	38%	30.725	26%	10.864
Subtotal	94%	<u>74.832</u>	99%	<u>40.804</u>
<b>Partes relacionadas</b>	6%	<u>5.007</u>	1%	<u>285</u>
Total de fornecedores	100%	<u>79.839</u>	100%	<u>41.089</u>

**14 Financiamentos e empréstimos**

**a. Composição da conta**

Modalidade	Encargos	2014	2013
<b>Moeda nacional</b>			
Finame	2,5% a 11,70% a.a.	15.975	20.214
Arrendamento mercantil	1,50% a.a.	822	1.084
Financiamento capital de giro	CDI + 0,55% a.m.	-	10.128
Financiamento capital de giro	CDI + 0,40% a.m.	30.470	-
Financiamento capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	20.993	30.009
Financiamento capital de giro	CDI + 6,8% a.a.	10.100	-
Financiamento capital de giro	CDI + 0,25% a.m.	2.518	-
Financiamento capital de giro	2,916% a.a.	-	6
Financiamento capital de giro	180% CDI	<u>2.739</u>	<u>-</u>
		<u>83.617</u>	<u>61.441</u>
<b>Moeda estrangeira - US\$</b>			
Financiamento em moeda estrangeira	Euribor (6meses) + 1,5% a.a.	-	5.111
Financiamento de importação	1,27% a 4,57% a.a.	<u>80.274</u>	<u>47.828</u>
		<u>80.274</u>	52.939
<b>Total</b>		<u>163.891</u>	<u>114.379</u>
<b>Circulante</b>		122.382	78.628
<b>Não circulante</b>		41.509	35.752

**b. Por vencimento - não circulante**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2014	2013
2015	-	3.026
2016	23.196	334
2017	16.419	21.581
2018	1.787	10.811
2019	<u>107</u>	<u>-</u>
	<u>41.509</u>	<u>35.752</u>

**c. Garantias**

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados para a usina integrada de produção de aço e os empréstimos por cessão fiduciária de duplicatas e aplicações financeiras, ambos avalizados pelos principais acionistas. As Cédulas de Crédito Bancário celebradas com o BTG Pactual contemplam o compromisso da Sociedade em fornecer ao banco com até 90 dias do encerramento de cada ano fiscal, demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de cada exercício por empresa de auditoria independente e de reconhecimento internacional.

Em 31 de dezembro de 2014, alguns contratos de financiamentos e empréstimos estão garantidos com o percentual de 20% sobre as aplicações financeiras, cujo valor contábil é de R\$ 2.072, e avalizados pelos principais acionistas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade não contém cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade.

## 15 Debêntures

**a. Composição da conta**

				<b>2014</b>	<b>2013</b>
<i>Primeira emissão (b)</i>					
	<b>Parcelas</b>	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento</b>		
Debêntures não conversíveis em ações	06	TJLP + 4% a.a.	Emissão CEI	5.752	5.752
Debêntures conversíveis em ações	06	TJLP + 4% a.a.	Emissão CEI	17.255	17.255
Subtotal				23.007	23.007
<i>Terceira emissão(d)</i>					
	<b>Parcelas</b>	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento</b>		
Debêntures não conversíveis em ações	36	135% CDI	10/07/2018	201.651	201.411
Custo de emissão dedebêntures				(1.626)	(2.246)
Subtotal				200.025	199.165
<b>Total de debêntures</b>				<b>223.032</b>	<b>222.172</b>
<b>Circulante</b>				= 223.032	1.411
<b>Não circulante</b>				-	220.761

**b. Por vencimento - não circulante**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<b>2013</b>
<b>Ano de vencimento</b>	
2015	25.391
2016	76.173
2017	76.173
2018	43.024
	<b>220.761</b>



**c. Primeira emissão**

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 1999, aprovou a emissão de 15.123.051 debêntures de série conversível em ações, no montante de R\$ 15.123, e 5.014.017 debêntures de série não conversível em ações, no montante de R\$ 5.014. O prazo de carência original contratado seria de três anos e o vencimento em 6,5 anos, já incluindo o prazo de carência, a partir da data de emissão. A atualização prevista compreende TJLP - taxa de juros de longo prazo mais juros fixos de 4% ao ano. O único debenturista é o FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia.

As debêntures foram emitidas pela Sociedade nas condições definidas na Lei nº 8.167/91 e no Decreto nº 101/91, consoante deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 1999, sendo 70% conversíveis em ações e 30% simples e inconversíveis. As debêntures emitidas, 20.137.068, originalmente, tinham prazo de carência de três anos e vencimento em 6,5 anos; atualização pela TJLP e juros de 4% ao ano. Enquanto não adquirem a condição de conversão e resgate, as debêntures conversíveis possuem garantias flutuantes representadas pelo ativo da emitente. As debêntures inconversíveis são garantidas por hipoteca de terreno e edificações integrantes do parque industrial, além de fiança comercial, fornecida pela controladora WMA Participações S.A.

Por intermédio da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as debêntures inconversíveis obtiveram a condição de serem convertidas em ações, desde que a Sociedade manifestasse interesse, o que ocorreu em 2012; esse mesmo diploma legal estabeleceu que os prazos de carência e de vencimento seriam equivalentes ao prazo de implantação do empreendimento, sendo facultado à Sociedade, somente após a emissão do CEI - Certificado de Empreendimento Implantado, adotar as seguintes providências:

- Resgatar as debêntures simples e inconversíveis através de nota de emissão em debêntures conversíveis; e,
- Dispensa dos encargos financeiros, a partir de 23 de agosto de 2000 até a data da conversão ou resgate, desde que esta ocorra no prazo de 1 (um) ano contado da emissão do CEI.

Estes benefícios estão condicionados à efetiva implantação e operação do projeto; manifestação da Sociedade, junto ao Ministério da Integração Nacional, no prazo de 06 (seis) meses quanto à sua intenção de utilizar-se das faculdades; e obrigação de não alienar ou onerar bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade que faça parte do projeto, sem a prévia e expressa autorização do Ministério da Integração Nacional. A Sociedade manifestou-se no prazo, de forma que entre as 20.137.068 debêntures emitidas, passarão a ser totalmente conversíveis em ações, após a obtenção do CEI - Certificado de Empreendimento Implantado, o qual será solicitado após a liberação do saldo de incentivos pelo Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos FINAM/DGFI.

A Sociedade entrou em operação em 2008, estando atualmente com aproximadamente 100% do empreendimento original implantado, em condições, portanto, de requerer o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). Todavia, a Sociedade optou por não requerer o CEI enquanto houver saldo de recursos do FINAM a liberar, o que decorre de entraves próprios do processo de liberação junto ao DGFI-SUDAM. Em 2010, o DGFI anuiu quanto ao ingresso do acionista União Participações Ltda., sociedade *holding* do grupo Bradesco, para que este possa aplicar os incentivos fiscais originários do imposto de renda consoante legislação em vigor, na forma do art. 9º da Lei nº 8.167/91.

Caso a Sociedade não converta as debêntures emitidas no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), as debêntures passarão a ser exigíveis. O referido CEI, ainda não foi emitido, salientando que há saldo a liberar de recursos de incentivos fiscais. Diante do exposto acima, por força da MP 2.199-14, os prazos de carência e vencimento das debêntures são equivalentes ao prazo de implantação do empreendimento e que é aperfeiçoado com a emissão do CEI. As debêntures são mantidas no passivo não circulante para atender ao seu prazo de vencimento que ocorre após um ano contado da data de emissão do CEI, o qual será requerido única e exclusivamente a depender de trâmites da DGFISUDAM para liberar os recursos faltantes, não sendo possível a Sociedade estimar com precisão a data desta ocorrência.

Através do Despacho do DFRP nº 620 e do Ofício 680/2012/CGIP/DFRP/SFRI-MI, ambos de 13 de julho de 2012, o Ministério da Integração Nacional aprovou a dispensa dos encargos financeiros que incidiam sobre as debêntures conversíveis e não conversíveis, vencidas e/ou vincendas, subscritas pelo FINAM, inclusive os juros de mora, desde 24 de agosto de 2000 até a data que o projeto obtenha o CEI, na forma do § 1º art. 6º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. A referida dispensa foi aprovada pelos acionistas da Sociedade em AGE - Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2012.

Após a emissão do CEI aos saldos devedores continuarão incidindo custos básicos equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e encargos financeiros correspondentes à taxa efetiva de juros de 4% ao ano, calculados em regime de capitalização composta e incorporados ao saldo devedor.

Em 31 de dezembro 2014 e 2013, o saldo acumulado referente às debêntures emitidas é de R\$ 23.007.

**d. Segunda emissão**

Em setembro de 2013, a Sociedade optou pela amortização antecipada dessas debêntures com recursos oriundos das debêntures emitidas em maio de 2013, descritas a seguir.

**e. Terceira emissão**

A Sociedade, dando sequência à sua política de captação de recursos mais adequados às suas operações, reunida em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 15 de maio de 2013, deliberou pela emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, todos os fins de direito, a Titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo escriturador, e adicionalmente, com relação às debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

O valor total da emissão, ocorrida em 10 de julho de 2013, foi de R\$ 200.000, sendo 1.000 debêntures, no valor nominal individual de R\$ 200, em série única, não sendo conversíveis em ações da Sociedade. O valor nominal de cada uma das debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, na seguinte ordem: (a) 35 (trinta e cinco) parcelas, cada uma no valor correspondente a 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do valor nominal de cada uma das debêntures, devidas no dia 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira parcela devida em 10 de agosto de 2015 e a última em 10 de julho de 2018; e (b) 1 (uma) parcela correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das debêntures, devida na data de vencimento.

Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro vencimento em 12 de agosto de 2013 e, o último, na data de vencimento.

Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, a Sociedade constituiu:

- Cessão fiduciária de direitos creditórios pertencentes à Sociedade e à sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda., a Companhia, o Agente Fiduciário, o BTG Pactual S.A e Itaú Unibanco S.A (Banco Centralizador); e
- Alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda, a Companhia, o Agente Fiduciário, o BTG Pactual e eventuais outras partes.
- Os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e estão apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida, conforme determinado pelo CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Os custos a serem amortizados, em 31 de dezembro de 2013, totalizaram R\$ 2.247.

#### **Cláusulas restritivas (“Covenants”)**

- As debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas se os índices financeiros abaixo não foram obtidos:
- Índice financeiros de alavancagem, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, com relação às demonstrações financeiras consolidadas da WMA Participações S.A., controladora final da Sociedade, que deverá ser igual ou inferior a (i) 4 (quatro) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2013, (ii) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2014 e, (iii) 3 (três) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2015; ou do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, com relação às demonstrações financeiras consolidadas da WMA Participações S.A., que deverá ser igual ou superior a 2 (dois) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2013 e (ii) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes, relativas ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2014;
- Índice de liquidez correspondente a 70% (setenta por cento), a ser calculado pela Sociedade e pela Aço Cearense Industrial Ltda., consideradas em conjunto, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados.

Como forma de monitoramento da situação financeira da Sociedade pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de covenants operacionais, em alguns contratos de dívida. Os covenants serão avaliados pelos credores com base nas demonstrações financeiras da Controladora WMA Participações S.A. a serem publicadas, não obstante, a entidade solicitou antecipadamente o waiver da instituição financeira, mesmo na incerteza do descumprimento.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade infringiu covenants positivos da relação entre a geração de caixa operacional e respectiva dívida apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora WMA Participações S.A., cuja relação deveria ser 3,5 vezes sendo calculada em 4,7.

Conforme previsto pelas regras contábeis, quando a Sociedade quebrar um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser reclassificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras. Tendo obtido das instituições financeiras o “*waiver*” após a data de 31 de dezembro de 2014, a Administração, com base nesta premissa, considera que o saldo apresentado no exercício apresenta passivo circulante aumentado em R\$ 193.604 e passivo não circulante diminuído no mesmo valor.

Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade cumpriu o índice requerido.

## 16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

### a. Composição dos saldos

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	-	(6.386)	(6.386)	-	(12.213)	(12.213)
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>(6.386)</u>	<u>(6.386)</u>	<u>-</u>	<u>(12.213)</u>	<u>(12.213)</u>

Em janeiro de 2014, ocorreu baixa dos impostos diferidos no valor de R\$ 5.710, correspondente ao percentual de 34% sobre o custo atribuído dos terrenos utilizados para aquisição de investimento na controlada Sinobras Florestal Ltda.

**b. Conciliação da despesa**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a conciliação da despesa pela alíquota fiscal da contribuição social e imposto de renda debitado em resultado é demonstrada da seguinte forma:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Resultado antes dos impostos	40.201	74.996
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Contribuição Social e Imposto de Renda pela taxa fiscal	<u>13.668</u>	<u>25.499</u>
<b>Ajuste do RTT - Regime Tributário de Transição</b>	<u>5.067</u>	<u>(11.162)</u>
<b>Adições permanentes</b>		
Despesas não dedutíveis	<u>11.193</u>	<u>9.658</u>
<b>Exclusões permanentes</b>		
Reversões de provisões	<u>(3.184)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro ajustado à base fiscal</b>	53.277	73.390
Lucro Incentivado do Imposto de Renda	<u>(37.512)</u>	<u>(61.902)</u>
Contribuição Social e Imposto de Renda no resultado	<u>8.376</u>	<u>9.109</u>
Baixa de créditos prescritos IRPJ/ CSLL	<u>6.190</u>	<u>-</u>
IR/CS diferido reconhecidos no período corrente	<u>117</u>	<u>(76)</u>
<b>Sendo:</b>		
Imposto de renda registrado no exercício corrente	17.618	17.883
Incentivo Lucro da Exploração	(9.361)	(15.455)
Contribuição Social registrada no exercício	<u>6.309</u>	<u>9.033</u>
IR/CS Diferidos	<u>117</u>	<u>(76)</u>
<b>Alíquota efetiva</b>	20,84%	12,15%

**17 Partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Sociedade e sua controladora, entre as partes relacionadas de sua controladora, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes por parte da Administração estão demonstrados a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Contas a receber</b>	<u>6.262</u>	<u>8.324</u>
Aço Cearense Comercial Ltda.	424	3.107
Aço Belém Ltda.	4.082	4.481
Aço Maranhão Ltda.	1.634	723
Sinobras Florestal Ltda.	98	-
Aço Cearense Industrial Ltda.	24	13
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<u>10.441</u>	<u>-</u>
Aço Belém Ltda.	294	-
Aço Cearense Comercial Ltda.	630	-
Sinobras Florestal Ltda.	6.683	-
Varejão da Sucata Ltda.	2.813	-
Estrutural Ind. Metálica Ltda - ME	21	-
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Mútuos financeiros</b>	<u>6.543</u>	<u>-</u>
Aço Cearense Industrial Ltda.	2	-
Sinobras Florestal Ltda. (a)	5.290	-
WMA Participações S.A.	1.251	-
<b>Outras contas a receber</b>	<u>199.965</u>	<u>-</u>
WMA Participações S.A.	199.965	-
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Fornecedores</b>	<u>5.007</u>	<u>285</u>
Aço Cearense Industrial Ltda.	4.241	141
Sinobras Florestal Ltda.	128	-
Aço Cearense Comercial Ltda.	-	144
Varejão da Sucata Ltda.	105	-
Estrutural Ind. Metálica Ltda - ME	533	-
<b>Adiantamento de clientes</b>	<u>20.768</u>	<u>-</u>
Aço Cearense Comercial Ltda.	19.956	-
Aço Belém Ltda.	112	-
Aço Cearense Industrial Ltda.	700	-
<b>Dividendos a pagar</b>	<u>20.246</u>	<u>23.601</u>
Aço Cearense Industrial Ltda.	16.301	16.301
Outras partes relacionadas	3.945	7.300
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Mútuos financeiros</b>	<u>4.645</u>	<u>-</u>
Aço Cearense Industrial Ltda.	2.237	-
Aço Cearense Comercial Ltda.	693	-
Sinobras Florestal Ltda.	1.715	-
<b>Partes relacionadas - Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<u>27.575</u>	<u>27.575</u>
Aço Cearense Industrial Ltda. (b)	27.575	27.575

<b>Resultado</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Receita da venda de produtos</b>	66.185	54.620
Aço Cearense Industrial Ltda.	12	50
Aço Cearense Comercial Ltda.	25.258	26.060
Aço Belém Comercial Ltda.	24.996	16.885
Aço Maranhão Ltda.	15.649	11.625
Estrutural Comercio e Serviços Ltda.	42	-
Sinobras Florestal Ltda.	228	-
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	47.989	33.079
Aço Cearense Industrial Ltda.	11	54
Aço Cearense Comercial Ltda.	19.001	12.803
Aço Belém Comercial Ltda.	17.677	11.768
Aço Maranhão Ltda.	11.099	8.454
Estrutural Comercio e Serviços Ltda.	22	-
Sinobras Florestal Ltda.	179	-

- (a) A Mutuária Sinobras Florestal Ltda. fará a restituição do valor concedido em até a data de 25 de abril de 2016, caso não haja cumprimento do prazo, ficará a MUTUÁRIA obrigada, a restituir o valor em aberto, acrescido da incidência da taxa de juros efetiva de 1% (hum por cento) ao mês, a partir de 25 de abril de 2014, incidindo ainda multa equivalente a 2% (dois pontos percentuais) sobre o valor a ser devolvido até a data da efetiva quitação.
- (b) A Administração pretende sugerir aos acionistas da Sociedade, a incorporação ao capital social do saldo de R\$ 27.575 referente a adiantamento para futuro aumento de capital durante o exercício de 2015.

**a. Outras partes relacionadas**

A Sociedade possui outras partes relacionadas, com as quais não efetuou transações no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, abaixo qualificadas:

- Cia Geração de Energia Elétrica Paranapanema
- Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
- União Participações Ltda.
- WMA Participações S.A.
- AC Serviços Ltda.
- Aço Bom Preço Comercial Ltda.
- W Steel Industrial e Comercio Ltda.

**b. Remuneração do pessoal chave da Administração**

**(i) Remuneração - Diretoria**

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é definida a remuneração dos administradores da Sociedade, que é distribuída aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chaves da Administração em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 2.868 (R\$ R\$2.279 em 2013).

**(ii) Outros benefícios**

A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

**18 Provisão para contingências**

A Sociedade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos concluiu que não existem causas cuja probabilidade de perda é estimada como provável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, conseqüentemente, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

A seguir estão divulgadas as principais causas com probabilidade de perda possível, cujas práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a constituição de provisão.

**(i) Ações trabalhistas**

Para as ações trabalhistas, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível, no montante de R\$ 10.249 (R\$ 7.018 em 31 de dezembro de 2013), para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desse montante, a Sociedade mantém depositado judicialmente o valor de R\$928 (R\$ 642 em 31 de dezembro de 2013).

**(ii) Ações ambientais**

Para as ações judiciais e administrativas de natureza ambiental, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível em demandas que envolvem o montante aproximado de R\$ 694.106 (R\$ 153.184 em 31 de dezembro de 2013). Desse montante, a Sociedade mantém depositado judicialmente o valor de R\$ 1.732 (R\$ 1.732 em 31 de dezembro de 2013). Em função do estágio em que se encontram as demandas e em razão das tratativas de negociação com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para conversão das multas administrativas em serviço ambiental por meio da implantação do Projeto Floresta Nativa (PFN), elaborado pela Sociedade em conjunto com entidades de ensino e pesquisa, e com a participação de organizações não governamentais e órgãos públicos, na opinião dos assessores legais da Sociedade, o desfecho final dessas ações no momento é classificado com chance possível de êxito, portanto, nenhuma provisão para perda foi contabilizada nas demonstrações financeiras.

A Sociedade mantém depósito judicial referente à Ação Anulatória de Auto de Infração lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no valor de R\$1.732. O depósito foi realizado para garantir juízo e a probabilidade êxito da Sociedade de anulação da infração é provável.



## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital subscrito e integralizado, era representado por:

Acionista	Quantidade de ações - 31/12/2014 e 31/12/2013						
	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
WMA Participações Ltda.	82.945.374	80,02	460.392	-	1.200.000	84.605.766	70,57
Demais acionistas	20.709.233	19,98	201.046	2.135.597	12.238.094	35.283.970	29,43
<b>Total</b>	<u>103.654.607</u>	<u>100</u>	<u>661.438</u>	<u>2.135.597</u>	<u>13.438.094</u>	<u>119.889.736</u>	<u>100,00</u>

- ON - Ações ordinárias nominativas
- PNA - Ações preferenciais nominativas classe “A”
- PNB - Ações preferenciais nominativas classe “B”
- PNC - Ações preferenciais nominativas classe “C”

As ações preferenciais classe “A” não têm direito a voto, e destinam-se, no primeiro momento, à subscrição e integralização com incentivos fiscais administrados pelo Ministério da Integração Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 1.376/74, ficando-lhes assegurados os seguintes direitos e restrições:

- (i) Prioridade no reembolso de capital, pelos mesmos valores que forem reembolsados as ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade;
- (ii) Participação integral nos resultados sociais, na forma do estatuto social;
- (iii) Participação na capitalização de quaisquer reservas, em igualdade de condições com as de outras classes além das ordinárias; e,
- (iv) Inalienabilidade, pelo prazo de 4 anos, a contar da data de sua conversão ou permuta, nos termos do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74.

As ações preferenciais classe “B” têm direito a voto, e destinam-se à subscrição por fundadores e/ou investidores portadores de opções para aplicação de recursos de incentivos fiscais.

As ações preferências classe “C” não têm direito a voto, e se destinam à subscrição, por fundadores, investidores em geral e/ou investidores do art. 9º e/ou à conversão das debêntures subscritas pelo FINAM com base no art. 5º e/ou com recursos previstos no art. 9º da Lei nº 8.167/91, assegurando aos seus detentores as seguintes vantagens:

- (i) Prioridade na distribuição do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações;
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Sociedade; e,

- (iii) Participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

Também, as ações preferenciais classe “C” não tem preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº 8.167/91, consoante disciplina o art. 172, da Lei nº 6.404/76.

Em 26 de fevereiro de 2013, conforme Ata de reunião foi aprovada a emissão de 12.238.094 (doze milhões, duzentos e trinta e oito mil e noventa e quatro), ações preferenciais classe “C” a serem subscritas e integralizadas com recursos de incentivos fiscais administrado pelo Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos do Ministério da Integração consoante consignado no Ofício nº. 552/MI, de 27 /12/2012. A integralização foi realizada em 10 de maio de 2013 no montante de R\$ 46.138.

Em 31 de dezembro de 2013, conforme contrato de compra e venda de ações a Empresa Aço Cearense Industrial Ltda. (vendedora), alienou em favor da WMA Participações S.A. (compradora), a totalidade das ações de sua titularidade, ou seja, 83.675.384 (oitenta e três milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e trezentas e oitenta e quatro) ações, representadas por: 82.945.374 (oitenta e dois milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e setenta e quatro) ações ordinárias, 10 (dez) ações preferenciais classe “A” e 730.000 (setecentas e trinta mil) ações preferenciais classe “C”, que correspondem a 69,79% (sessenta e nove vírgula setenta e nove por cento) do capital social da Siderurgica Norte Brasil S.A. pelo montante de R\$ 420.854. Consequentemente, a WMA Participações S.A. passou a ser controladora direta da Sociedade.

## **b. Reserva de capital**

### ***Reserva subvenção de investimento***

Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, ao qual a Sociedade é beneficiária, atualmente, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração).

## **c. Reservas de lucros**

### ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme art. 31 do seu estatuto social.

### ***Reserva para contingências***

É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do estatuto social, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do Patrimônio Líquido.

### **Reserva de incentivos fiscais**

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2014, foram destinados do resultado R\$ 9.361 (em 31 de dezembro de 2013 R\$ 15.455) de incentivo de isenção do Imposto de Renda, incidente sobre o Lucro da exploração resultante de sua atividade na Amazonia Legal, voltada para o programa de produção anual de até 400.000 toneladas de aço.

### **Reserva de retenção de lucros**

Em conformidade com o art. 31 do estatuto social, a Sociedade após destinação da reserva legal, reserva para contingências, reserva de lucros - incentivos fiscais e dividendos, o saldo restante constituirá a reserva de retenção de lucros (art. 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM.

#### **d. Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se ao custo atribuído (*deemed cost*) dos terrenos no montante de R\$ 12.661, em 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2014, com a constituição da Empresa Sinobras Florestal Ltda. houve realização do custo atribuído referente aos terrenos utilizados para aquisição de investimento no montante de R\$ 11.117.

#### **e. Dividendos mínimos obrigatórios**

A Sociedade possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir apresentamos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 2014:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Lucro líquido do exercício	25.752	65.887
Constituição de reserva legal	(1.288)	(3.295)
Constituição de reserva para contingência	(6.438)	(16.472)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(9.361)	(15.455)
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido ajustado	8.665	30.665
	<hr/>	<hr/>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<u>2.166</u>	<u>7.666</u>

## 20 Receita operacional líquida

	2014	2013
Vendas de produtos - Mercado interno	943.274	926.352
Vendas de produtos - Mercado externo	<u>28.629</u>	<u>21.148</u>
<b>Total das vendas bruta</b>	<u>971.903</u>	<u>947.520</u>
(-) Impostos sobre faturamento	(98.700)	(96.314)
(-) Devoluções mercado interno	(6.954)	(6.833)
(-) Ajuste a valor presente - faturamento	(9.838)	(7.503)
<b>Total das deduções das vendas</b>	<u>(115.491)</u>	<u>(110.650)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>856.413</u>	<u>836.870</u>

## 21 Despesas com vendas

	2014	2013
Pessoal e encargos sociais (*)	(5.822)	(96)
Despesas com fretes	(67.070)	(65.236)
Propaganda e publicidade	(130)	(296)
Comissões de vendas	(3.189)	(3.062)
Provisões para perdas de créditos	(3.875)	(3.015)
Serviços de terceiros	(2.169)	(1.538)
Outros gastos com vendas	<u>(9.811)</u>	<u>(10.011)</u>
<b>Total de despesas com vendas</b>	<u>(92.066)</u>	<u>(83.254)</u>

(\*) Durante o exercício de 2014, a Administração da Sociedade efetuou novo levantamento do seu quadro de pessoal e visando melhor gerenciamento dos gastos, efetuou realocações de quadro funcional para a área comercial.

## 22 Despesas administrativas e gerais

	2014	2013
Pessoal e encargos sociais (*)	(11.049)	(14.142)
Serviços de terceiros	(2.371)	(6.282)
Propaganda e publicidade	(137)	(783)
Despesas com depreciação	(5.789)	(3.902)
Despesas de ociosidade na produção	-	(3.389)
Outros gastos gerais e administrativos	<u>(12.261)</u>	<u>(11.496)</u>
<b>Total de despesas administrativas e gerais</b>	<u>(31.607)</u>	<u>(39.994)</u>

(\*) Durante o exercício de 2014, a Administração da Sociedade efetuou novo levantamento do seu quadro de pessoal e visando melhor gerenciamento dos gastos, efetuou realocações de quadro funcional para a área comercial.

## 23 Resultado financeiro

	2014	2013
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações monetárias passivas	(120)	(725)
Variação cambial (**)	(24.361)	(30.405)
Juros passivos	(255)	(26.895)
Descontos	(537)	(325)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	(37.125)	(3.762)
Comissões e corretagens	(2.291)	(4.953)
Despesas com derivativos	(16.806)	(3.585)
Outros	(4.017)	(591)
	<u>(85.512)</u>	<u>(71.241)</u>
<b>Total de despesas financeiras</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial(**)	7.194	17.791
Receitas de aplicações financeiras	427	2.614
Descontos obtidos (*)	355	2.997
Juros ativos	1.746	1.825
Receitas com derivativos	11.625	2.318
Outras	9.617	7.408
	<u>30.964</u>	<u>34.953</u>
<b>Total de receitas financeiras</b>		
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(54.548)</u>	<u>(36.288)</u>

(\*) Durante o exercício de 2013, ocorreu quitação antecipada de parcelamento federal ocasionando dispensa de encargos, contabilizados como descontos obtidos.

(\*\*) Durante o exercício de 2014, a Sociedade foi impactada com a variação positiva do dólar face ao real em 13,39%, ocasionando aumento nas variações cambiais.

## 24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros). A política de gestão de riscos da Sociedade busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade decorrente da volatilidade dos mercados. Nesse contexto, a Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros para se proteger de certas exposições ao risco.

### b. Gerenciamento dos riscos

A Sociedade segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de gestão de riscos financeiros está a diversificação do portfólio de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações.

A política de gerenciamento de risco da Sociedade foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio, ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa.

A Sociedade é pouco sensível às flutuações diárias dos mercados financeiros e foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em e 31 de dezembro de 2014 e 2013, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações financeiras. Nos exercícios de 2014 e 2013 a sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### c. Composição dos saldos

Instrumentos financeiros	Mensuração	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado</b>					
Aplicações financeiras	Valor justo	2.072	2.072	3.448	3.448
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	571	571	-	-
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Caixa e bancos	Custo amortizado	5.120	5.120	9.282	9.282
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	92.278	92.278	76.678	76.678
Partes relacionadas - mútuos financeiros	Custo amortizado	6.543	6.543	-	-
<b>Total ativo financeiro</b>		<b>106.584</b>	<b>106.584</b>	<b>89.408</b>	<b>89.408</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Outros passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	163.891	155.008	114.380	108.218
Fornecedores	Custo amortizado	80.437	80.437	41.089	41.089
Debêntures	Custo amortizado	223.032	205.471	222.172	213.119
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	19.263	19.263	3.548	3.548
Partes relacionadas - mútuos financeiros	Custo amortizado	4.645	4.645	-	-
<b>Total passivo financeiro</b>		<b>491.268</b>	<b>464.824</b>	<b>381.189</b>	<b>365.974</b>

#### *Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)*

##### *Caixa e equivalentes de caixa*

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

##### *Partes relacionadas - mútuos financeiros*

Correspondem aos mútuos financeiros ativos e passivos com partes relacionadas e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

#### *Contas a receber de clientes*

Decorrem diretamente das operações da Sociedade e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

#### *Fornecedores*

Decorrem diretamente das operações da Sociedade, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

#### *Financiamentos e empréstimos e Debêntures*

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP, CDI e EURIBOR aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas informações anuais em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2015 e 2019, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de bancos. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

### **d. Riscos de mercado**

#### **• Risco de taxa de câmbio**

Parte do passivo financeiro e fornecedores da Sociedade estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. No exercício de 2014 foi verificada uma variação positiva em relação ao Real de 13,39% (em 2013, variação positiva de 14,63%).

A exposição da Sociedade em moeda estrangeira pode ser identificada conforme segue:

	<b>Moeda</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>a.</b> Financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira	R\$	(80.274)	(52.939)
<b>b.</b> Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	2.930	876
<b>c.</b> Contas a pagar em moeda estrangeira	R\$	(51.354)	(22.102)
<b>d.</b> Instrumentos financeiros derivativos	R\$	10.991	-
<b>e.</b> Déficit apurado (a-b+c-d)	R\$	(117.707)	(74.165)

*Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial*

A Sociedade elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no final do período, demonstrados a seguir:

<b>Moeda dólar (US\$000)</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativos em moeda estrangeira (a)	5.241	374
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(49.554)</u>	<u>(32.033)</u>
Exposição líquida (a-b)	<u><u>(44.313)</u></u>	<u><u>(31.659)</u></u>

Dada a exposição ao risco de oscilação da cotação, a Sociedade apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Sociedade: cotação do dólar em R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014; (ii) cenário possível: conforme pratica de mercado e deliberação da Administração da Sociedade, o cenário é construído considerando um aumento de 5% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,7890 ; e (iii) cenário remoto, onde, a cotação do dólar é elevada em 10% da utilizada no cenário provável, passando a R\$ 2,9218.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

<b>Moeda</b>	<b>31/12/2014</b>		
	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário possível</b>	<b>Cenário remoto</b>
Dólar	2,6562	2,7890	2,9218
<b>Moeda</b>	<b>31/12/2013</b>		
	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário possível</b>	<b>Cenário remoto</b>
Dólar	2,3426	2,4597	2,5769

Abaixo demonstramos a variação do déficit no valor US\$ 44.313 mil em 31 de dezembro de 2014 e US\$ 31.659 em 31 de dezembro de 2013, conforme o cenário demonstrado acima:

<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição em 31/12/2014</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário possível</b>	<b>Cenário remoto</b>
Instrumentos financeiros ativos	5.241	Alta – Dólar	-	250	476
Instrumentos financeiros passivos	<u>(49.554)</u>		<u>-</u>	<u>(2.360)</u>	<u>(4.505)</u>
	<u><u>(44.313)</u></u>		<u><u>-</u></u>	<u><u>(2.110)</u></u>	<u><u>(4.029)</u></u>



Instrumentos	Exposição em 31/12/2013	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instrumentos financeiros ativos	374	Alta – Dólar	-	18	34
Instrumentos financeiros passivos	<u>(32.033)</u>		<u>-</u>	<u>(1.525)</u>	<u>(2.912)</u>
	<u>(31.659)</u>		<u>-</u>	<u>(1.507)</u>	<u>(2.878)</u>

### ***Risco de taxas de juros***

O Risco da taxa de juros da Sociedade decorre de empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos e debêntures emitidos às taxas variáveis expõe a Sociedade ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõe a Sociedade ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Sociedade não tem ativos significativos em que incidam juros.

A política financeira da Sociedade tem por objetivo mitigar os riscos desde que os custos justifiquem os benefícios trazidos pela operação na redução da exposição em determinado índice ou moeda.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as debêntures e os empréstimos e financiamentos da Sociedade, às taxas variáveis, eram denominados em reais e dólar dos Estados Unidos.

As taxas de juros contratadas para as debêntures e os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	2014	%	2013	%
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Pré-fixada	16.797	4%	21.298	6%
Libor	80.274	22%	52.939	16%
CDI	<u>66.820</u>	<u>18%</u>	<u>40.137</u>	<u>12%</u>
	163.891	45%	114.374	34%
<b>Debêntures</b>				
CDI	<u>199.164</u>	<u>55%</u>	<u>222.172</u>	<u>66%</u>
	<u>363.055</u>	<u>100%</u>	<u>336.546</u>	<u>100%</u>

### ***Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos***

#### ***Contrato swap***

A Sociedade contratou uma operação denominada swap cambial e de taxas de juros, com o objetivo de transformar um financiamento atrelado ao Dólar em taxa fixa ou CDI e financiamento em CDI para Variação de 135% CDI mais Taxa pré-fixada de 6,95% a.a. A Sociedade não tem intenção de liquidar a operação antes de seu vencimento.

As demais operações em aberto estão dispostas na tabela a seguir:

Swap de taxa de juros (CDI x PRÉ)			2014			2013			
Contraparte	Vencimento da Operação	Valor Nocial (R\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (Marcação a Mercado)	Valor Nocial (R\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (Marcação a Mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Variação		Posição Ativa	Posição Passiva	Variação
BTG Pactual	10/07/2018	100.000	108.421	(127.684)	(19.263)	100.000	701	(4.249)	(3.548)
		<u>100.000</u>	<u>108.421</u>	<u>(127.684)</u>	<u>(19.263)</u>	<u>100.000</u>	<u>701</u>	<u>(4.249)</u>	<u>(3.548)</u>
Swap cambial (Dólar x Real)			2014			2013			
Contraparte	Vencimento da Operação	Valor Nocial (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (Marcação a Mercado)	Valor Nocial (R\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (Marcação a Mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Variação		Posição Ativa	Posição Passiva	Variação
ABC Brasil	02/03/2015	10.991	12.964	(12.393)	571	-	-	-	-
		<u>10.991</u>	<u>12.964</u>	<u>(12.393)</u>	<u>571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

#### *Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros*

A Sociedade elabora análise de sensibilidade dos ativos e passivos indexados a taxa de juros, em aberto no final do exercício, considerando o cenário provável, o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2014. Os cenários possível e remoto foram calculados com deterioração de 5% e 10% respectivamente, sobre dessas taxas em 31 de dezembro de 2014.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Taxa	2014		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Libor	0,63%	0,66%	0,69%
CDI	0,96%	1,00%	1,05%
Taxa	2013		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Libor	0,41%	0,43%	0,45%
CDI	0,74%	0,78%	0,81%

Os efeitos na despesa financeira considerando os cenários provável, possível e remoto estão demonstrados a seguir:

Taxa	2014		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Libor	-	6.596	6.922
CDI	-	36.551	38.394

  

Taxa	2013		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Libor	-	2.751	2.882
CDI	-	25.633	26.664

As taxas de juros específicas que a Sociedade está exposta, as quais são relacionadas a Empréstimos e financiamentos e debêntures, são apresentadas nas Notas Explicativas 14 (a) e 15 (a).

Os instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros foram incluídos na análise de sensibilidade de variação de taxa de juros, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação da taxa de juros.

#### e. Risco de liquidez

O Risco de liquidez da Sociedade é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A política de gerenciamento adotada pela Sociedade para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Sociedade monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os passivos financeiros derivativos pelo saldo líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Saldo contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>					
Fornecedores	80.437	(80.437)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	163.068	(143.423)	(44.392)	(1.765)	-
Debêntures	223.033	(58.615)	(168.072)	(40.931)	-
Obrigações com arrendamento mercantil	822	(254)	(499)	(225)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>					
Fornecedores	41.089	(41.089)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	113.319	(36.092)	(99.491)	(7.349)	-
Debêntures	222.172	(27.619)	(148.013)	(119.605)	-
Obrigações com arrendamento mercantil	1.061	(351)	(560)	(470)	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debentures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

**f. Risco de crédito**

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A gestão de risco de crédito da Sociedade no intuito de mitigar esses riscos, adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o somatório dos respectivos valores contábeis, deduzido de quaisquer provisões para perda do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se no montante de R\$ 100.893 (R\$135.468 em 31 de dezembro de 2013) e refere-se á contas a receber de clientes, aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 92.278 (R\$76.678 em 31 de dezembro de 2013) (Ver Nota Explicativa nº 6).

No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

A Sociedade mantém concentração máxima por banco de até 30% (trinta por cento) do total aplicado para o caso de bancos de grande porte e até 10% (dez por cento) do total aplicado para o caso de bancos de médio porte. Não serão admitidas aplicações em Bancos de pequeno porte. Para fins de classificação de porte será considerada a listagem publicada anualmente pelo Banco Central do Brasil, de acordo com o ativo total da instituição, considerando os dez primeiros bancos como bancos de grande porte, do décimo-primeiro ao trigésimo como de médio porte, e trigésimo-primeiro em diante como de pequeno porte.

Aplicações financeiras com prazo de indisponibilidade de liquidez superior a 360 dias deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração.

- Qualidade do crédito
- Contas a receber de clientes
- Não há uma classificação de risco concedida por agências avaliadores. Desta forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Sociedade, situação financeira e conceito junto ao mercado, assim definindo limites de crédito, ao quais são monitorados regularmente.

- Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

**g. Controles relacionados aos riscos**

A Sociedade visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício.

**h. Níveis de valor justo**

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
- Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem em sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilidade imediata.
- O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. A mensuração dos valores justos demonstrados abaixo foram classificados como nível 2 baseado na observação dos preços de mercado

<b>2014</b>				
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor justo</b>		
		<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado</b>				
Aplicações financeiras	2.072	-	2.072	-
Instrumentos financeiros derivativos	571	-	571	-
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e bancos	5.120	-	5.120	-
Contas a receber de clientes	92.278	-	92.278	-
Partes relacionadas - mútuos financeiros	6.543	-	6.543	-
<b>Total ativo financeiro</b>	<b>106.584</b>	<b>-</b>	<b>106.584</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Outros passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	163.891	-	155.008	-
Fornecedores	79.389	-	79.389	-
Debêntures	223.032	-	205.471	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.263	-	19.263	-
Partes relacionadas - mútuos financeiros	4.645	-	4.645	-
<b>Total passivo financeiro</b>	<b>490.220</b>	<b>-</b>	<b>463.776</b>	<b>-</b>
<b>2013</b>				
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor justo</b>		
		<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado</b>				
Aplicações financeiras	3.448	-	3.448	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e bancos	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	9.282	-	9.282	-
Partes relacionadas - mútuos financeiros	76.678	-	76.678	-
<b>Total ativo financeiro</b>	<b>89.408</b>	<b>-</b>	<b>89.408</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Outros passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	114.380	-	108.218	-
Fornecedores	41.089	-	41.089	-
Debêntures	222.172	-	213.119	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.548	-	3.548	-
Partes relacionadas - mútuos financeiros	-	-	-	-
<b>Total passivo financeiro</b>	<b>381.189</b>	<b>-</b>	<b>365.974</b>	<b>-</b>

**i. Gestão de capital**

Os objetivos da Sociedade ao administrar o seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

**25 Cobertura de seguros**

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a sua relação custo/benefício e histórico de sinistros. Após diversas tentativas ao longo do exercício de 2014 de colocação de referido risco ao mercado segurador, através de Resseguradores Nacionais e Internacionais, um número insuficiente de companhias seguradoras para a devida concorrência pública conseguiu alocar 100% dos riscos perante um Ressegurador ou ofertou pacote de coberturas procedentes e compreensíveis a relação custo/benefício esperada pela Sociedade.

Para o exercício de 2015 a Sociedade continuará buscando junto ao mercado segurador a contratação de cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros em sua planta fabril.

Com o intuito de minimizar os riscos inerentes à operação, a Sociedade implantou medidas alternativas de prevenção de sinistros, tais como rede de hidrantes em toda a usina, extintores de incêndio em todos os pontos necessários, caminhão-pipa de água para combate a incêndio e brigada de incêndio com equipe treinada e reciclada periodicamente.

As apólices de seguros mantidas pela Sociedade em 31 de dezembro de 2014, proporcionam as coberturas de transportes de mercadorias inerentes ao ramo de atividade da Sociedade, devidamente acondicionadas em embalagens apropriadas à sua natureza e viagem, consistindo principalmente em maquinários e equipamentos industriais e matérias-primas, com valor em risco de US\$ 150.370 e R\$ 1.699. Apólice de seguro de proteção a frota de veículos da Sociedade com cobertura de R\$ 116.

## **26 Eventos Subsequentes**

Conforme apresentado na nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2014 houve descumprimento de cláusula restritiva (*covenants*) de contratos de debêntures. Contudo, em 24 de abril de 2015, a Sociedade obteve *waiver* junto aos credores confirmando seu “de acordo” em manter os vencimentos originais dos passivos financeiros. Desta forma, os montantes passam a ser reclassificados para o longo prazo a partir da data do *waiver*.

\* \* \*

### **Composição do Conselho de Administração**

José Vilmar Ferreira - Presidente  
Wander Jean Matos Ferreira - Vice-presidente  
Rose Marie Matos Ferreira - Conselheira  
Maria de Jesus Ferreira Corrêa - Conselheira

### **Composição da Diretoria**

José Vilmar Ferreira - Presidente  
Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa - Vice-presidente  
Maria José Ferreira - Diretora Financeira  
Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães - Diretora Corporativa

### **Responsável técnico**

Renan Lacerda Lima  
CPF: 618.990.973-68  
Contador CRC \ CE nº 13.516/O-0